

UMA POSSÍVEL ORIGEM DA INTERVENÇÃO MILITAR NO BRASIL

GUSTAVO GORDO DE FREITAS;
ETIENE VILELLA MARRONI²

¹Universidade Federal de Pelotas – gustavogordof@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – evmarroni@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Para Arendt (2012) o imperialismo é o estágio anterior ao totalitarismo e encontrou suporte na exportação dos problemas identificados na Europa para espaços estrangeiros, ou seja, Ásia e África, a fim de manter a estrutura social intacta. O evento mais importante a esse respeito foi a ascensão da burguesia como um grupo capaz de influenciar as decisões do Estado.

No século XIX, era necessário expandir o território para garantir a existência do Estado, pois uma população crescente de pessoas que não correspondiam aos modelos da sociedade europeia ameaçava sua própria existência. Além disso, a expansão da produção de bens apresentou a necessidade de encontrar novas fontes de matérias-primas. Todas essas necessidades eram da burguesia, a dona real dos meios de produção existentes naquela época. Para garantir o crescimento de sua riqueza (seus próprios interesses), o grupo encontrou sua forma de influenciar usando o arcabouço ideológico já estabelecido para justificar ações.

Arendt (2012) afirma que o pensamento hobbesiano influenciou o ideário burguês. Para Hobbes, há uma espécie de impossibilidade natural de manter um corpo político, já que a natureza humana é solitária e privada e não possui real obediência à sociedade e ao Estado. Nesse sentido, Estado e sociedade são reunidos pela violência para escapar dela, mas quando atingem um estado ótimo de ordem e estabilidade, atingem também o ponto de início da decadência.

Mas a preocupação de Hobbes era a manutenção da propriedade e sua acumulação e, nesse sentido, pode-se dizer que existe uma relação direta entre a quantidade de propriedade e a quantidade de poder social e político que se possui. Ao mesmo tempo, como se tem mais propriedade (e poder), precisa-se de ferramentas para mantê-la, caso contrário ela encontra sua própria decadência.

A questão é que, à medida que cresce, o sistema passa a criar um grupo de pessoas geralmente alienadas à sociedade dominante. A ralé é uma parcela da população que não se encaixa na sociedade ou no sistema de produção. A competição entre as diferentes classes faz com que os governantes percebam que deve haver um lugar para colocá-la, a fim de evitar seu jogo problemático na sociedade. Essas pessoas, no caso dos países europeus, foram enviadas para as colônias na África e na Ásia.

Lá eles puderam encontrar sua utilidade para as sociedades européias quando começaram a explorar as chamadas “novas terras”. A população, como contrapartida da burguesia e da sociedade burguesa, passou de um problema a uma solução. Arendt (2012) afirma que a burguesia encontra na população um meio de investimento lucrativo e seguro.

O desenvolvimento deste conceito nos permite observar a forma como as elites políticas e econômicas manipulam os elementos indesejados na sociedade em benefício próprio. A questão é que nos primeiros anos do século XX, a mesma ralé acabou ascendendo ao poder e gerando um dos episódios mais nefastos da

história humana conhecida. Foi a necessidade de sobreviver dos esquecidos, excluídos e expatriados o cerne, segundo Arendt (2012) para a formação dos grupos que sustentaram o totalitarismo na Europa.

Antes de 1850, a estrutura do Exército era frágil e sofria um certo estrangulamento. Os governos liberais das regências a partir de 1831, assim como boa parte dos políticos da época, acreditavam que os gastos com a defesa nacional eram mau uso do dinheiro público. Para os liberais, a guerra atrapalharia o comércio e dificultaria as relações com outros países. Neste sentido, era preferível não investir em setores de defesa de forma a mostrar para os outros países que o Brasil era tão contrário à guerra que não se interessava mesmo por ter um exército próprio (SCHULZ, 1994).

Apostaram, assim, na construção da Guarda Nacional, um sistema de milícias, que evitaria gastos e, em tese, garantiria a ordem no país. Segundo Fausto (1998), “as reformas do período regencial, entre outros pontos, trataram de [...] criar uma nova forma de organização militar, que reduzisse o papel do Exército [...] [, visto] pelo governo com muita suspeita” (FAUSTO, 1998, p.162-3). A perspectiva de que os gastos com a defesa nacional deveriam ser reduzidos perdurou em governos liberais até o final do século XIX. Como dito, para esses grupos, a guerra atrapalharia o comércio e colocaria a economia a perder.

Até esse momento o oficialato poderia ser dividido em uma classe de elite e outra de não-elite em que os oficiais do segundo tipo poderiam passar sua vida inteira presos em postos subalternos, ao passo que os do primeiro tipo viveriam uma ascensão rápida e certa em suas carreiras somente se diferindo por suas relações políticas (SCHULZ, 1994). A esmagadora maioria dos generais tinha origem na elite política nacional. Essas pessoas, em grande parte, haviam estudado em Portugal, tinham acesso a todo o tipo de conforto e faziam parte das estruturas sociais mais elevadas. Isso fazia com que o oficialato estivesse muitíssimo próximo da política civil e que interesses e necessidades pessoais se sobrepujassem aos da corporação ou do País.

Em 1850, foi promulgada uma lei, sob tutela do então Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Melo (oficial do Exército) que estabeleceu uma reestruturação na progressão de carreira dos oficiais do Exército. As promoções passariam a ser feitas por critérios de antiguidade, formação intelectual, tempo de serviço e mérito. Esta nova estrutura permitiu a “abolição do sistema aristocrático que permitia a oficiais bem relacionados atingir altos postos de comando com pouca idade” (SCHULZ, 1994, p. 26). Também, “todos os oficiais da engenharia, estado-maior e artilharia deveriam ter concluído curso de nível universitário” (SCHULZ, 1994, p. 27). Após este período, uma quantidade cada vez maior de oficiais tinha nível de instrução adequado, ainda que perdurasse a politicagem.

Esta nova estrutura teve duas consequências principais e diretamente ligadas. Em primeiro lugar, propiciou o surgimento de uma Força que tinha conhecimento técnico. Este fator foi absolutamente indispensável para a formação de um oficialato mais profissionalizado e racional, realmente capaz de executar suas funções. Por segundo, ocorreu uma redução drástica na quantidade de aristocratas nos quadros da Força, o que resultou na diminuição de relações tradicionais e de privilégio que geravam uma série de imbróglis no seio da corporação. Com a profissionalização, ocorre que a política se traslada para o interior do grupo, de modo que os oficiais passaram a depender muito mais das relações internas na corporação do que de suas ligações com grupos externos (SCHULZ, 1994)

A carreira no Exército deixou, assim, de ser interessante para as elites, pois teriam que passar por todas as fases da carreira e ascender por mérito, por melhores que fossem suas ligações políticas. Ao mesmo tempo, com a fundação das faculdades de Direito na primeira metade do século XIX, tornou-se cada vez mais interessante esse tipo de investimento. Por volta de 1850 havia uma quantidade significativa de bacharéis em Direito ocupando os cargos políticos e da administração pública mais importantes, ao passo que a quantidade de militares nos mesmos espaços diminuiu quase que proporcionalmente (SCHULZ, 1994).

Esta mudança no perfil do oficialato fez com que ocorresse uma reformulação da maneira como a corporação pensava e agia na sociedade. Perspectivas de grandeza e opulência abriram espaço para o sentimento de conexão com a classe média e as origens nobres não somente não eram mais tão relevantes, como não passavam boa imagem. Também, a internalização da hierarquia, que se desvinculara das questões aristocráticas, permitiu o desprendimento desses indivíduos de suas origens sociais. Ao fazê-lo, abarcavam as perspectivas e necessidades do “grupo adotivo”, seja, o Exército.

2. METODOLOGIA

Na busca por conhecer como pode ter ocorrido este processo, o trabalho sugere a hipótese de que o Exército tenha se formado como grupo coeso, preponderando então sobre todo o resto das Forças, num movimento de resistência à diminuição social ao longo do século XIX. Para demonstrá-la, traremos aqui o conceito de Ralé de Arendt (2012) para compreender como pode um grupo de pessoas que as forças preponderantes do Estado tentam alijar de participação social, acaba se tornando elemento chave na estrutura política até tomarem totalmente o poder. Não será objeto do presente artigo verificar como ocorreu a tomada de poder, mas compreender como o grupo foi tratado nos períodos iniciais de sua formação e permitir aos leitores vislumbrar como este tratamento foi crucial para os eventos futuros.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da apresentação que se fez no presente escrito, ainda que superficialmente, pode-se pensar como a classe dominante na Europa do século XIX foi capaz de encontrar um uso para a ralé e ao mesmo tempo afastá-la da sociedade em geral. Foi mais ou menos o que aconteceu com o Exército ao longo do mesmo período. Os fatos narrados anteriormente mostraram o início de uma dinâmica nas relações entre civis e militares que perduraria por pelo menos 100 anos.

Com o desenvolvimento de regras mais rígidas para a progressão de carreira, as classes mais altas passam a se interessar menos ou mesmo rechaçar a Instituição. Antes ela era tomada como uma espécie de casta de guerreiros e dominada pela aristocracia em seus níveis mais altos, o que deixa de ser possível. Ao mesmo tempo, a criação de universidades no Brasil fez com que as classes superiores passassem aos bancos das faculdades de Direito, o que contribuiu para a subalternização do grupo, bem como para a sua separação mais profunda. É o início de um processo de ensimesmamento que gerou 80 anos depois, nos anos

1930, uma corporação coesa e forte o suficiente para intervir 34 anos mais tarde na sociedade brasileira.

Também, o pensamento liberal corrente no império, sobretudo a partir de 1850, e que se fortalece cada vez mais até o fim do período, influenciou que a classe política buscasse a supressão das FFAA, já que não se percebia (e se evitava) os conflitos, que atrapalhavam as relações de comércio e a economia. Embora não entre no escopo deste escrito, é interessante dizer que somente ao longo do período da Guerra do Paraguai houve um aumento do investimento do Estado nos contingentes, seguido de uma queda significativa no orçamento no ano seguinte ao fim do conflito.

Isto mostra, em alguma medida, que as FFAA não somente se formam pouco a pouco da ralé, mas que são interpretadas como a ralé pela classe política no período em análise. O arcabouço político existente à época de sua formação foi um dos elementos que proporcionou coesão ao grupo, ou seja, a resistência aos elementos externos que buscavam suprimir ou reduzir ao máximo, o grupo.

É importante perceber que o uso dessa ralé/FFAA tem uma utilidade sazonal dentro da sociedade e para as classes dominantes. Este argumento não somente é verificado pelo já citado aumento nos investimentos durante a Guerra, mas na instrumentalização do grupo no Golpe da República e depois ao longo da primeira metade do século XX para que a classe política atingisse seus objetivos.

4. CONCLUSÕES

Ainda que a consolidação do Exército como um grupo coeso e bem estruturado só tenha acontecido de fato nos anos 1930, foi no século XIX que ocorreu a sementeira das intervenções militares na sociedade brasileira ao longo do século XX. Os germens da árvore que frutificaram no fruto amargo da Ditadura Militar de 1964, foram lançados quando os poderes civis tentaram suprimir a casta militar por interesses econômicos. Estas ações geraram uma árvore que dificilmente será dominada ou suprimida, tão longas são suas raízes na história deste país.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências

ARENDT, H. **A Origem do Totalitarismo**: Antissemitismo, Imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHULZ, John. **O Exército na Política**: Origens da Intervenção Militar 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.